

# DA ATUALIDADE DA OBRA DE CLAUSEWITZ

Maj JOAQUIM MENDES BORGES RIBEIRO SIMÕES  
(Revista Militar, Portugal, Novembro de 1964.)

## 1. NATUREZA DA GUERRA

A primeira tarefa para quem ambicione escrever sobre a guerra é, obviamente, a delimitação, esclarecimento e definição do seu conceito. Tal foi o propósito de Carl von Clausewitz, que dedicou ao problema nada menos que os oito capítulos que constituem o livro inicial do seu famoso tratado.

*"A guerra é um ato de violência destinado a obrigar o adversário a executar a nossa vontade" (1).*

Nesta 1ª definição, sobressaem os dois elementos caros a Clausewitz: a *vidência* e a *vontade*.

A violência representa o *meio*; a vontade que desejamos impor ao inimigo o *fim*.

Trata-se, pois, de dois elementos psicológicos essenciais que se encadeiam com outros da vida emotiva, aos quais Clausewitz chama, com propriedade, "sentimento de hostilidade" e "intenção hostil". No fenómeno guerra um como outro estão presentes, o primeiro em potência, o segundo tentando ser atual.

Para Clausewitz, a noção de violência não admite ambigüidade: "a guerra é um ato de violência e não há limite para a manifestação desta violência" (2).

Donde resulta a 1ª *ação recíproca* (e também a 1ª extremidade): cada um dos adversários faz a lei do outro.

Lógicamente, a dedução é impecável, e implica o conceito de *guerra absoluta*.

Mas como obrigar o inimigo a executar a nossa vontade? Pela força, desarmando-o, vencendo-o.

"Enquanto eu não abater o adversário, eu devo temer que êle me abata. Eu não sou o meu próprio dono, porque êle me dita a sua lei como eu lhe dito a minha. Tal é a 2ª *ação recíproca*, que nos conduz à 2ª extremidade" (3).

Também aqui, no campo conceptual, não se vislumbra qualquer ambigüidade, e o carácter dialético da guerra ressalta com clareza.

(1) "De La Guerre" ("Vom Kriege"), trad. francesa, Paris, 1963, pág. 51.

(2) Op. cit., pág. 53.

(3) Ibidem, pág. 54.

A 3ª ação recíproca diz respeito ao desenvolvimento extremo das forças: para abater a vontade do adversário é necessário calcular a sua força: "a extensão dos meios de que êle dispõe e a força da sua vontade".

Ora o inimigo faz o mesmo, donde uma nova competição que, em teoria, implica nova propensão para os extremos.

Tais as características, do ponto de vista ideal, da *guerra absoluta*. Clausewitz, atento discípulo de Kant, seu compatriota, soube aplicar o método crítico do mestre à ciência militar, suplantando-o no respeitante à dialética. Não percebemos, pois, como Liddell Hart, que baseia muito da sua obra nas idéias de Clausewitz, tenta ridicularizá-lo, considerando-o "estudante de Kant, em segunda mão" (4).

Com penetrante argúcia, Clausewitz faz a distinção entre *guerra absoluta* e *guerra real*:

A guerra entre dois partidos "não é nunca um ato isolado" e não consiste num golpe sem duração. A guerra está "condicionada", sofre "modificações" com a realidade: modificações espaciais e temporais, resultantes das forças militares, do território (com as suas condições geopopulacionais) e dos aliados.

Por estas razões, conclui Clausewitz: "a guerra nunca é algo de absoluto no seu resultado". O ato de guerra, por ter de se submeter e de ser êle próprio realidade, perde o caráter absoluto atrás examinado, embora tendendo para êle com maior ou menor grau de intensidade: o fenómeno guerra é suscetível de tomar longa gama de modalidades.

Regressemos, porém, à 1ª definição de guerra: ela contém, implicitamente, o seu contrário: a nossa vontade pode sobrepor-se à do adversário sem que para isso se recorra à violência. Entra em jôgo o setor da Política, que contém e domina o setor da Guerra.

"A guerra de uma comunidade — de nações inteiras e em especial de nações civilizadas — surge sempre de uma situação política e não resulta senão de um motivo político.

Eis por que a guerra é um ato político". Donde a conclusão famosa, tantas vezes citada sem conhecimento de causa:

"A guerra é uma simples continuação da política por outros meios" — 2ª definição — (5). Isto é, "a intenção política é o fim, enquanto que a guerra é o meio, e não podemos conceber o meio independentemente do fim".

Clausewitz, com a introdução dêste nôvo conceito: a sujeição da guerra à política, evidencia-se pensador profundo e original, o que não corresponde à opinião que Jomini, Sebastião Teles e Liddell Hart, dêle formulam.

(4) "Strategy", trad. portuguesa, S. Paulo, 1963, pág. 385.

(5) Op. cit., pág. 67.

Outro traço característico da guerra, que Clausewitz explicita, é o ser ela um *fenômeno de conjunto* (6) — entre comunidades, nações — onde impera “o acaso, o cálculo das probalidades, o ódio e a animosidade”.

O fenômeno guerra pertence, pois, ao domínio da sociologia, devendo ser considerado, segundo a terminologia de Mauss e de Gurvitch, como “fenômeno social total” (7).

A natureza da guerra, ou seja a delimitação da sua especificidade, recebeu, pois, de Clausewitz, tratamento racional adequado, que o torna ainda hoje válido.

O general prussiano conseguiu, por sua experiência do campo de batalha, realizar decisivas induções sobre o “fenômeno guerra”, e extrair-lhe, dedutivamente, todas — ou quase todas — as consequências.

Clausewitz pôde determinar o caráter político, psicológico e sociológico da guerra, transcendendo assim os círculos viciosos em que os escritores militares se debatiam quando analisavam o problema. O seu mérito é tanto mais relevante dado que a Psicologia e a Sociologia só depois da sua morte (1831) se constituíram como ciências sociais autônomas.

Notabilíssimo é também o fato de Clausewitz ter demonstrado o caráter dialético da guerra, muito antes de Hegel e de Marx terem publicado as suas obras principais.

Neste ponto, e na recorrência constante à experiência (observações feitas diretamente, no decorrer das operações), Clausewitz transcende a crítica idealista de Kant; os seus raciocínios, apoiados na mais pura lógica, enraizam-se na própria realidade.

Sobre a ausência do traço econômico na essência da guerra, embora a análise da “alienação econômica” ainda não tivesse sido formulada, verifica-se que tal ausência é apenas aparente, dado que Clausewitz considera o objetivo econômico — incorporado no político — um dos principais motivos da guerra (8).

Quanto à acusação que apoda Clausewitz de doutrinador da “guerra total” e de hipermilitarista, ela não tem fundamento e o filósofo não tem culpa de que o Estado-Maior alemão interpretasse erradamente os seus princípios, ou fôsse longe demais na sua aplicação. Pois se “a guerra é a continuação da política por outros meios”, isto quer dizer que a política — por intermédio da diplomacia — pode conseguir o seu objetivo sem que haja necessidade de recorrer à guerra (9).

---

(6) Esta característica é considerada pelos tratadistas atuais (Gaston Bouthoul, Mao-Tsé-Tung, etc.) como fundamental.

(7) Ver n/ estudo “Algumas noções de Psicologia e Sociologia”, na Revista Militar de Portugal. Maio de 1964, pág. 269 e segs.

(8) Por toda a obra Clausewitz perpassa esta idéia: conquista ou perda de províncias, meios materiais de fazer a guerra, o comércio da guerra, etc.; simplesmente, para o autor, o econômico projeta-se no político (op. cit., Liv. I e VIII).

(9) Sobre o assunto, ver Raymond Aron, “Paix et Guerre entre nations”, Paris, 1962, pág. 34 e segs.

## 2. O FIM E OS MEIOS NA GUERRA

Para vencer o inimigo, isto é, para o obrigar a executar nossa vontade — a assinar a Paz — é necessário: destruir as forças militares, ocupar o território e jugular a sua vontade (10), numa palavra: desarmá-lo. Entretanto, estas condições de guerra absoluta raramente se verificam (11) sendo normais as aproximações ou as combinações destas finalidades parciais. Mas Clausewitz é bem explícito: o fim principal é a destruição das forças inimigas e a maneira mais eficiente de o conseguir é pelo combate.

“A decisão pelas armas representa, para qualquer operação de guerra, grande ou pequena, o mesmo que o pagamento em dinheiro representa nas transações financeiras” (12).

Muito apropriadamente, o autor compara o ajuste de contas (pelo dinheiro) ao combate. E, assim como o dinheiro (a moeda) é o meio mais eficaz de transacionar, o combate (o preço do sangue) é a maneira superior e eficiente de resolver o comércio da guerra.

Utilizando o método dialético com todo o rigor lógico, Clausewitz distingue *objetivos* (ou fins) *positivos* e *negativos*. Enquanto a vontade de destruir as forças inimigas visa o objetivo positivo, cuja expressão final é a derrota do inimigo, a conservação das nossas forças visa o objetivo negativo e conduz à destruição das intenções adversas.

Estes dois esforços caminham sempre a par e reagem um sobre o outro: são partes integrantes de uma única determinação (13).

Desfazendo tôdas as possíveis dúvidas, Clausewitz afirma “que o fim da guerra é fixado pela política, mas a *única* maneira de o atingir é pela batalha (combate-empenhamento); por conseqüência, tudo está subordinado a esta *lei suprema da guerra: a decisão pelas armas*” (14).

A destruição das forças inimigas acaba sempre por prevalecer e, na linguagem clara do general-filósofo, isto significa *a solução sangrenta da crise* (15).

Com uma ou outra forma, êste princípio tem sido aceito por quase todos os tratadistas militares. No entanto, Liddell Hart acusa Clausewitz de ser o responsável indireto — a causa longínqua — das manobras fron-

---

10) Op. cit., pág. 70/71.

(11) Na 2.ª G. M., esta parte da teoria de Clausewitz verificou-se totalmente: a rendição das potências do Eixo foi “sem condições”.

(12) Op. cit., pág. 79.

(13) Para Mao-Tsé-Tung, “La guerre revolutionnaire”, Paris, 1955, pág. 131, trata-se do “Princípio fundamental da guerra: conservar as suas forças e destruir as do inimigo”.

(14) Op. cit., pág. 82.

(15) Mao-Tsé-Tung, op. cit. pág. 123, chama-lhe “ações de aniquilamento (destruição)”.

tais que, na 1ª guerra mundial, levaram à morte milhões de beligerantes (16), com a finalidade de resolver rapidamente, pelas armas, o conflito.

Perante tão facciosa afirmação, somos levados a crer que Liddell Hart, como tantos outros, não leram atentamente o general prussiano, devendo ser incluídos nos tais "estudantes em segunda mão" referidos pelo conceituado escritor militar inglês.

A verdade é que "a lei suprema da guerra", de Clausewitz, continua de pé. De fato, na 1ª guerra mundial, os generais mostraram-se, de ambos os lados, pouco imaginativos, pouco audaciosos, mas o general-filósofo deve colocar-se à margem disso; Liddell Hart poderia culpar, por exemplo, os próprios generais, que não foram bons "estudantes" do mestre; poderia declarar que, nesse período, a técnica de produção de armamentos, a potência de fogo, subjugarão os meios de movimento e obrigaram à fastidiosa luta de trincheiras (17); poderia imaginar o que quisesse menos atirar as culpas para os ensinamentos de Clausewitz, o qual, se visse, teria certamente condenado essa absurda guerra.

Além disso, em nenhum ponto da obra de Clausewitz se estipulam só ofensivas frontais ou batalhas imediatas, a todo o custo. Como havemos de ver, o autor considera "a defensiva" como "a forma mais forte de fazer a guerra", e concebe-a altamente móvel, pondo em xeque, portanto, a acusação de idiossincrasia da batalha "de qualquer maneira", feita por Liddell Hart. Sobre a "estratégia sem sangue" das "Panzer" germânicas, na 2ª guerra mundial, temos de confessar que tanto na frente oriental, depois de Estalinegrado (18), como na frente ocidental, quando os Aliados apreenderam os novos princípios, as batalhas terrestres (e aéreas) ultrapassaram, em carnificina, os horrores da 1ª Grande Guerra (19).

Foi ainda na guerra de 1939-45 que se verificaram globalmente as teses de Clausewitz: a tendência para a guerra absoluta, a impulsão para os extremos — bombardeamentos atômicos de Hiroshima e Nagasaki —, a rendição sem condições, a guerra psicológica e a guerra revolucionária.

As definições do genial pensador prussiano mantêm-se firmes (20) e desafiam o tempo: uma nova guerra mundial seria absoluta e destruiria vencedores e vencidos; mas a guerra, por sua essência, subordina-se à política; logicamente, só a política — por intermédio da diplomacia e de outras ciências sociais — deve regular os conflitos internacionais globais.

---

(16) Op. cit., pág. 386 e segs.

(17) Veja-se o n/ estudo "Conceitos essenciais de Cavalaria", na Revista Militar de Portugal, Julho de 1958, pág. 409-415.

(18) Veja-se o n/ estudo na Revista Militar de Portugal. Outubro de 1964, sobre este tema.

(19) As estatísticas dão, para a 2ª. G. M., mais de 40 milhões de mortos, e para a 1ª. G. M. menos de 15 milhões.

(20) A definição de G. Bouthoul, "La Guerre", Paris, 1953, pág. 32, nada acrescenta.

### 3. FATORES PSICOLÓGICOS DA GUERRA

Clausewitz, na explicação do "fenômeno guerra", deu particular relevo aos fatores psicológicos. Contribuição de inestimável valor, dado que os elementos psicológicos (e morais) têm sido sistematicamente olvidados ou subestimados pelos teóricos militares, como se os princípios da guerra fôsem uma espécie de geometria em que não intervissem criaturas vivas, sujeitas a sentimentos, emoções, intelecções e preocupações éticas.

Numa época em que a Psicologia era ainda algo de nebuloso e informe, Clausewitz não hesita em colocar esta ciência como uma das bases mais firmes da sua teoria.

Assim, por exemplo, todo o capítulo destinado ao "Gênio guerreiro" é impecável de lógica e precisão.

Ao contrário do que o comum supõe, o gênio guerreiro está correlacionado com o grau de civilização: os mais brilhantes chefes militares foram Gregos, Romanos e Franceses, exatamente porque a Grécia, Roma e a França atingiram, em momentos diferentes, níveis civilizacionais supremos.

Por outro lado, "a guerra é a esfera do perigo, e a *coragem* é a virtude bélica por excelência". Criteriosamente, o autor distingue a *coragem pessoal*, da coragem inerente à *responsabilidade* ditada por uma instância externa ou interna (consciência).

Chamando a atenção para outro fator de primeira ordem na guerra — a *inteligência* — Clausewitz estabelece uma conclusão magistral:

"A guerra é o domínio da incerteza, do acaso; as 3/4 partes dos elementos sobre os quais se funda a ação permanecem nas brumas da incerteza. Por isso, mais do que em qualquer outro domínio, é necessário uma inteligência sutil e penetrante que saiba apreciar instintivamente a verdade" (21).

Supomos que se trata daquilo que mais essencial existe na teoria da guerra. Por que o domínio da guerra é a ação e o acaso, tudo, a cada momento, é susceptível de mudar. Daí o fato de o chefe militar ter de possuir qualidades psicológicas extraordinárias: coragem, inteligência, "coup d'oeil" (22), presença de espírito e tudo aquilo que corresponda às quatro componentes da atmosfera da guerra: "o perigo, o esforço físico, a incerteza e o acaso". Os cronistas militares chamam-lhe energia, firmeza, perseverança, força de caráter e de espírito, mas no fundo todas estas manifestações da natureza heróica dependem da *fôrça de vontade*, modificada pelo grau das circunstâncias.

---

(21) Op. cit., pág. 86. Infelizes, pois, dos exércitos, cujos generais repousem sobre os planos e não conduzam a guerra com inteligente e penetrante dinamismo.

(22) Em francês, no texto.

Clausewitz dá grande ênfase à *fôrça de alma* (ou do sentimento) e à *fôrça de caráter*. Uma alma forte "é aquela que não perde o equilíbrio mesmo no mais violento estado de efervescência".

"Aquêlê que sabe permanecer senhor de si sob o golpe das piores emoções, de maneira que a despeito da tempestade que enraivece o seu coração, conserva a sua capacidade de juízo e a fortaleza das suas convicções, pode considerar-se uma alma forte".

Igualmente a *fôrça de caráter*, ou simplesmente o *caráter*, é indispensável a todo o combatente e ao chefe, em particular.

O caráter indica a tenacidade das convicções, e na guerra, onde tudo é incerto e mutável, cada homem está permanentemente tentado a mudar de via e a duvidar de si próprio. No entanto, o caráter, a fé em si e na sua causa, não o devem tornar obstinado. Tôdas estas qualidades implicam bom julgamento e, portanto, a necessidade crítica é imperiosa.

Depois de afirmar que a inteligência prática (23), a capacidade de síntese e a capacidade de juízo são indispensáveis ao chefe no campo de batalha, Clausewitz frisa "que é aos espíritos perscrutadores mais do que aos criadores, às inteligências extensas mais que às dotadas para uma só especialidade, aos cérebros ponderados mais do que aos ardentes, que se preferirá confiar a salvação dos nossos irmãos e dos nossos filhos, assim como a honra e a segurança da Pátria" (24).

Clausewitz, contrariamente à opinião de L. Hart, é um realista. A crueza e a flutuação do campo de batalha, a realidade psicológica do combatente, têm para êle tanto ou mais valor do que as linhas oblíquas ou as manobras de flanco. A guerra é o domínio do *acaso*, onde reina constantemente o *perigo*, e onde o *atrito* (friction) dificulta a mais simples ação, enerva, aborrece, deprime.

Só pela experiência (25) e com uma grande *fôrça de vontade* os exércitos e os chefes conseguem triunfar. O "clima de guerra", o atrito generalizado constituem um peso morto apreciável que só pode ser vencido se o general e a tropa estiverem "*psicologicamente adaptados à guerra*". Daqui a razão de Clausewitz considerar de primeira importância as *potências morais*: os talentos do chefe, as virtudes combativas do exército e o sentimento nacional, todos êstes fatores constituindo um bloco homogêneo, impenetrável e durável.

Por ter demonstrado que os elementos psicológicos são predominantes na guerra, quer pertençam à Psicologia individual ou social (26), por ter realizado neste domínio lúcidas induções ainda hoje válidas, Clausewitz

---

(23) Este conceito é atualíssimo em Psicologia: as mais modernas Escalas para a medição da inteligência, como a de Wechsler, utilizam-no.

(24) Op. cit., pág. 102.

(25) "Combater é aprender", Mao-Tsé-Tung, op. cit., pág. 30.

(26) Veja-se o n/ estudo cit., Maio de 1964. Veja-se ainda o cap. "Psicologia e relações internacionais", conclusão da obra de Otto Klineberg "Psicologia Social", trad. port., Rio de Janeiro, 1959, pág. 630 e segs.

merece ser considerado como o fundador da análise psicológica da guerra e, ao mesmo tempo, um dos precursores da chamada Guerra psicológica (27).

#### 4. DA TEORIA DA GUERRA

Clausewitz começa por um ceticismo cerrado a respeito do estabelecimento do conceito de "doutrina positiva da guerra", defendido com grande rigor lógico por Sebastião Teles (28), na esteira dos positivistas franceses. Na verdade, embora precedendo-os cronologicamente, Clausewitz ultrapassa os discípulos de Comte, sejam eles da França ou de Portugal.

A noção de doutrina implica a aceitação de *imperativo categórico* e tende naturalmente para a fixação do *dogma*, o pior inimigo da Ciência. Todo o saber é imperfeito e, quando se trata de Ciência humana, a imperfeição agiganta-se. Ora o domínio da guerra, choque de duas vontades em constante tensão, vivendo no atrito, no perigo e na emoção, é susceptível de mudança a cada momento: logo o "conhecimento da guerra" é o mais imperfeito de todos, o mais antidogmático, o *mais relativo*. Daqui, a justeza da asserção de Clausewitz: "Se uma doutrina positiva é impossível, existem sendas que permitem entrever uma *teoria*". Mas as dificuldades para a sua instituição são maiores para a Estratégia do que para a Tática, dado que o conhecimento do objeto é mais perfeito nesta do que naquela.

Para Clausewitz o *método* da possível teoria deve ser a *observação* e a *reflexão crítica*, não no gabinete mas, diretamente, no campo de batalha, tendo por suporte a *experiência*.

Ressalta, pois, outra constante do pensamento de Clausewitz: na teoria da guerra só é legítimo o conhecimento que fôr realizado "experimentalmente" (29). Donde o acentuado desprezo do autor pelos "ensinamentos" de História Militar, que tanto tem ferido os tratadistas (30).

No fundo, Clausewitz não nega o valor do estudo das campanhas de Assurbanipal, de Ramsés II ou Alexandre Magno, mas antepõe-lhe "a experiência no campo de batalha (31).

Para o autor uma teoria sobre a guerra só interessa se estiver em íntimo contato com a realidade.

"Este ponto de vista abre a via a uma teoria satisfatória da conduta da guerra, quer dizer, a uma teoria útil que não esteja em contradição com a realidade e que acabe com a absurda diferença entre teoria e prática..." (32).

(27) M. Megret, "La guerre psychologique", Paris, 1960, sustenta esta opinião.

(28) "Introdução aos conhecimentos militares", Lisboa, 1887, 3ª parte.

(29) Lembre-se a dificuldade e a sutileza da "experiência" da guerra, como a de qualquer ciência social: não se pode repetir.

(30) Por ex., Sebastião Teles, op. cit., pág. 51 e segs.

(31) Conceito magnífico dos homens dos Descobrimentos e do Renascimento: "a experiência é a madre das coisas".

(32) Op. cit.; pág. 135-136.

Fulgurante princípio que bem podia ter sido escrito por qualquer pensador realista e independente do nosso tempo.

Curiosa é a sua noção do "saber da guerra": considera-o *simples* mas nem sempre fácil. No entanto, se em teoria é simples, na prática tudo se complica e a sua dificuldade aumenta com a função hierárquica. No escalão supremo, para o comandante-em-chefe, "esta atividade é uma das mais difíceis que se podem pôr ao espírito humano". Para Clausewitz, "*êste gênero de saber torna-se um poder*". Conclusão brilhante: em qualquer ciência (pacífica) ou arte não há como na guerra necessidade de aplicação *imediate*: o fator tempo é relativo. Esta imediatidade transforma "o saber da guerra em verdadeiro poder". Eis porque, no campo de batalha, a arte impera sobre a ciência.

Esta projeção do saber (ciência) no poder (arte) leva, naturalmente, Clausewitz a afirmar que é mais justo dizer "arte da guerra" do que "ciência da guerra". Claro que há uma certa ambigüidade no conceito e por isso, muitos autores, preferem justapor os têrmos: *a guerra é uma ciência-arte* (33).

O general prussiano expressa depois outro conceito, êste de grande atualidade:

"A guerra é uma forma de relações humanas: pertence ao domínio da *existência social*. É um conflito de grandes interesses regulado pelo sangue e é somente nisto que ela difere dos outros conflitos. Seria melhor compará-la com o comércio, que é também um conflito de interesses e atividades humanas; ..." (34).

A influência de Kant é notória no capítulo da "crítica", mas afigura-se-nos que, pela sua inclinação para a experiência e para a *realidade*, o discípulo transcendeu o mestre.

Depois de distinguir vários aspectos da crítica, Clausewitz considera valiosa aquela que procura, a partir dos efeitos, deduzir as causas, contribuindo positivamente para o aperfeiçoamento da ação. Na guerra, porém, as causas são complexas e é difícil determiná-las com rigor; só com o auxílio da teoria, a crítica consegue desembaraçar-se da teia de acontecimentos que tudo obscurecem.

A teoria e a crítica encontram-se, pois, em relação dialética e uma não pode viver sem a outra. Mas Clausewitz volta-se, de novo, para a "crítica histórica militar"; em seu entender, está contribui mais para os insucessos do que para os êxitos — porque desconhece o íntimo da realidade. O seu juízo é impiedoso, nomeando-a pretensiosa, obscura e vazia de sentido. Para o autor, *a única crítica da guerra*, utilizável, é a que se baseia na análise racional da própria prática operacional: ou no

---

33) Dadas as características "sui generis" do fenômeno guerra, parece-nos ser esta a idéia mais correta.

34) Note-se que, só para o fim do século, se deu a valorização destas ciências.

decorrer da guerra ou no estudo das conflagrações não distantes no tempo e no espaço, isto é, em condições não muito diferentes.

Clausewitz divide a "arte" da guerra em estratégia e tática (35). "*Estratégia* é a teoria relativa ao emprêgo da batalha para atingir os fins da guerra. *Tática* é a teoria relativa ao emprêgo das forças armadas na batalha (no combate)".

Tanto a classificação como as definições de Clausewitz continuam aceitáveis e impõem-se não só pelo rigor e economia dos seus termos como pela perfeição dos conceitos (36).

O profundo pensador prussiano completa a sua idéia sôbre estatégia do seguinte modo:

"A estratégia deve fixar ao conjunto do ato de guerra um fim que corresponda ao objeto da guerra".

Quer dizer, a melhor prova de gênio de um Comandante-em-chefe é "*saber organizar a guerra em conformidade exata com os seus meios e os seus fins, sem fazer nem de mais nem de menos*".

Claro que êste princípio é extremamente difícil de aplicar, pela própria natureza da guerra, pela impossibilidade de conhecer as forças materiais do inimigo e, muito especialmente, *as morais*.

E Clausewitz insiste na necessidade de informação sôbre as forças morais (psicológicas) do adversário.

Contrariamente a opiniões correntes, Clausewitz defende um Plano de guerra bem organizado, porque "*devido às suas conseqüências, tôdas as batalhas possíveis devem ser consideradas como reais*". Nem uma só das manobras possíveis devem ser esquecidas no planeamento porque, êsse fato, pode acarretar a derrota.

A teoria da estratégia de Clausewitz é impecável: "*saber organizar a guerra em conformidade exata com os seus meios e os seus fins*". A crítica histórica posterior confirma-a plenamente. O caso da Alemanha é flagrante: em 1870 os objetivos militares, limitados, concretos e preciosos foram atingidos. Bismark, o chefe político, e Moltke, o chefe militar, entenderam-se perfeitamente (isto é, a vontade do primeiro prevaleceu); alcançado o fim proposto, as tropas alemãs regressaram aos lares. Bismark e Moltke eram realistas, a aventura não os seduzia. De 1914 a 1918, a Alemanha deixou-se escorregar para o aventurismo. O "Kaiser" Guilherme II não tinha a seu lado um comedido e sensato Bismark; nem Schlieffer, nem Klück, Ludendorff ou Hindem-

(35) Op. cit., pág. 118 e 181 e segs.

(36) A definição de L. Hart, op. cit., pág. 364, consideramo-la semelhante, mas menos rigorosa: "Arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política".

As classificações de Jomini (política da guerra, estratégia, grande tática e tática elementar), de L. Hart (grande estratégia, estratégia e tática) e de Mao-Tse-Tung (estratégia, arte operacional e tática) contêm as duas categorias de Clausewitz mas são mais complexas e ambíguas.

burgo souberam organizar e conduzir a guerra em conformidade exata com os meios e os fins. Não previram a resistência francesa nem a entrada dos Estados Unidos na guerra, o que lhes foi fatal. Em 1939-45, Hitler, até à invasão da Rússia, do ponto de vista estratégico, não cometeu erros — tinha atingido o ponto culminante da vitória; com a invasão da U.R.S.S., passada a euforia inicial, nem Hitler nem os seus generais foram capazes de planear devidamente a guerra. Subestimaram sistematicamente as forças materiais e morais do inimigo. Não conseguiram adaptar-se à realidade: foram “estudante em 2ª mão” do seu brilhante antepassado.

## 5. OUTROS CONCEITOS

Para Clausewitz, a “reunião das forças no tempo” (37), é a *lei fundamental da guerra*. Trata-se do princípio da “concentração de forças”, ou da “ação de massa”, que os manuais inserem, apesar dos meios de destruição a que a aviação e os foguetões podem submeter o campo de batalha. É que, não obstante as dificuldades crescentes da reunião de forças no tempo, ela é fundamental para a decisão (38). Como atrás se frisou, não é lícito concluir, como L. Hart, que Clausewitz aconselha a ofensiva direta, frontal, *de qualquer maneira*, pois na verdade, o que ele aconselha constantemente é fazer a guerra *da melhor maneira*, mas sem dúvida que, sem uma supremacia de forças no lugar e no momento oportunos, não há decisão possível.

O estabelecimento da “*lei dinâmica da guerra*”, correlacionando os estudos de *tensão* e de *repouso*, é amplamente demonstrado nos nossos dias. Tão importante, na guerra, é o estado de repouso como o de movimento (tensional) e, a última conflagração bem provou o conceito: os chefes que não souberam conservar, repousar as suas forças, fracassaram. A lei dinâmica da guerra, exprimindo que “a tensão e o repouso se implicam mutuamente”, demonstra, mais uma vez, a feição dialética do raciocínio de Clausewitz.

A *teoria da batalha principal*, apesar das diferenças ambientais provocadas por mais de um século de intervalo, continua firme. Ela deduz-se logicamente, das definições do fenómeno guerra atrás apresentadas:

“A batalha principal é uma luta do corpo principal, não uma luta insignificante para atingir um objetivo secundário, mas uma luta travada com o máximo esforço para uma vitória real” (39).

(37) Op. cit., pág. 215 e segs.

(38) Sobre este ponto, Mao-Tsé-Tung é categórico, dando a máxima validade ao princípio de Clausewitz: “é necessário concentrar as forças, se se pretende modificar a situação das duas partes (op. cit., pág. 98-99).

(39) Op. cit., pág. 267.

“A maneira como ela se decide, o efeito que exerce a vitória que implica e determina o valor da teoria, obriga a que seja considerada não apenas como *meio*, mas também como certo *fim*”.

Não há qualquer paradoxo no pensamento de Clausewitz: para a guerra, o que interessa é a vitória final (o seu fim); para a estratégia o que interessa é a decisão pela batalha principal (em certa medida, é o seu fim). Isto é, a batalha principal é simultaneamente um meio e um fim: é um fim para a estratégia e é um meio para a guerra alcançar o seu objetivo (40).

“Mesmo no estado de inação (de repouso) dos dois campos, característico de tantas guerras, a idéia da grande batalha possível representa sempre para ambos um alvo afastado que orienta o sentido dos seus planos” (41).

“A batalha principal é a solução mais sangrenta. Certamente, ela não é puro e simples assassinio recíproco, e o seu efeito consiste mais em matar a *coragem* que os combatentes inimigos: isto não impede que ela tenha sempre o sangue por preço e que é de fato de *abater* que se forma o seu nome” (42).

“Em todos os tempos, a experiência mostra-nos que as grandes decisões sempre saíram das grandes batalhas. Só as grandes batalhas deram grandes resultados”.

Assim, Clausewitz é categórico: se se faz a guerra, ela deve fazer-se com todos os meios à disposição para obter uma vitória decisiva pela batalha principal. “A guerra é algo de muito sério” e não pode realizar-se com indecisões, *com meios pacíficos*. Se se pretende que a guerra seja pacífica, se se pretende fugir aos horrores do campo de batalha, é *mais racional permanecer na paz* e deixar que a política, por intermédio da diplomacia, resolva o conflito (43).

Claro que seria pueril comparar “quantitativamente” as batalhas decisivas, a que se refere Clausewitz, com as batalhas das duas guerras mundiais; mas “qualitativamente” a comparação é legítima.

Na 1ª guerra mundial foi a *batalha do Marne*, dirigida superiormente por Joffre, que parou a ofensiva alemã: ela foi, em certa medida, *decisiva*, porque mudou o caráter da guerra. Na 2ª guerra mundial, a *batalha de Estalinegrado* (44), envolvendo mais de 1 milhão de homens, milhares de carros de combate e aviões, cerca de 100.000 km<sup>2</sup>, e mais de meio ano de luta, foi decisiva porque mudou o sentido geral da guerra, na frente leste. A ocidente, a *batalha da Normândia*, a maior

(40) Eis a razão por que consideramos a definição de estratégia, de L. Hart, atrás indicada, menos rigorosa do que a de Clausewitz.

(41) Op. cit., pág. 280.

(42) schlacht (batalha) — schlachten (abater).

(43) “Que não me venham falar de generais que conseguem vitórias sem efusão de sangue” (Clausewitz, op. cit., pág. 282).

(44) Veja-se o n/ estudo cit., na Revista Militar de Portugal, de Outubro de 1964.

operação combinada da História, foi também decisiva, porque abriu o caminho direto para a vitória. Mas recentemente, e apesar das condições especiais da guerra revolucionária, a batalha de Dien-Bien-Phu foi decisiva, porque terminou praticamente com a guerra da Indochina.

A teoria da batalha principal, implicando uma exploração do sucesso o mais completo possível (45), utilizando todos os meios materiais e morais à disposição, conduz necessariamente à idéia do *ponto culminante da vitória*. Dado que o enfraquecimento do exército invasor é tanto maior quanto mais progride para dentro do território do adversário, porque este se aproxima das suas bases, enquanto aquele se afasta, porque "a resistência da população" se vai intensificando e é necessária uma parte importante da força para ocupar o país, o *Comandante-em-chefe tem de saber exatamente qual o limite da sua progressão*. Ir mais longe significa correr riscos desproporcionados e transformar a vitória no dealbar da derrota. A teoria do "ponto culminante", de Clausewitz, é de indiscutível atualidade e demonstra a coesão interna da obra do mestre: "saber organizar a guerra colocando os meios em conformidade exata com os fins a atingir". Como dissemos, Hitler e o seu Estado-Maior desprezaram a teoria do ponto culminante da vitória e os resultados viram-se. Tõda a macro-batalha de Estalingrado e a campanha de 1942, em bloco, se situam para além do ponto culminante.

Já para os Aliados ocidentais, a escolha do ponto culminante da vitória não podia logicamente ter sido outra: a rendição incondicional dos países do Eixo. Imaginar, como Raymond Aron (46), que a meio da guerra, quando a vitória estava à vista (Estalinegrado, El-Alamein, Midway), se podiam parar as operações e inverter as alianças, ou seja colocar de braço dado as divisões "Panzer" e as anglo-franco-americanas, não passa de saudosa utopia, contrária ao realismo crítico de Clausewitz. Mesmo a idéia de R. Aron de colocar o ponto culminante "aquém", isto é, de não exigir a rendição "sem condições", também demonstra que o excelente filósofo-historiador francês não penetrou com independência (47) no pensamento do mestre que êle tanto admira. Se os Aliados: França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, U.R.S.S. (e China) "estavam convencidos" (48) de que era necessário acabar de vez com o nazismo-fascismo, que consideravam o gérmen da guerra (e das guerras), e se tinham meios bastantes para atingir êsse fim, porque parar a meio? Essa meia-vitória acabaria, de fato, com as doutrinas belicistas da Alemanha, Itália e Japão? Acaso será concebível que um Hitler e um Mussolini mudassem tõda a sua filosofia política — e tõda a sua estratégia — ou se demitissem, pura e simplesmente, como de certo exigiriam os ocidentais mesmo com a sua meia-vitória? Estas e outras suposições

(45) Para Clausewitz os epígonos da exploração e perseguição foram Carlos XII, Malborough, Frederico e Bonaparte.

(46) Op. cit., pág. 37 e segs.

(47) Não desfez dos "ídola" (Bacon).

fogem às condições reais em que se desenvolveu a 2ª guerra mundial e evidenciam apenas desejo ou fantasia do autor. Saem do domínio da inteligibilidade causal e projetam-se na esfera emotiva.

Outro conceito caro a Clausewitz encerra-se na expressão "*a defensiva é a forma mais forte da conduta da guerra*". Num autor que insiste na batalha principal, na destruição das forças adversas, pode parecer contraditório este princípio. Na verdade, não há qualquer incoerência, devendo esta noção ligar-se à do "ponto culminante da vitória".

Segundo Clausewitz, que assistiu ao desastre da campanha de Napoleão na Rússia, do lado do "czar", e que meditou seriamente na heróica "resistência" dos povos espanhol e português à ocupação francesa, a defensiva é, naturalmente, a forma mais forte da guerra: "*conservar é mais fácil do que conquistar*", tanto na guerra como noutras atividades da vida ("*beati sunt possidentes*").

Atente-se, no entanto, que se a defensiva é mais forte que a ofensiva, o objetivo desta é *positivo* enquanto o daquela é *negativo*. Defensiva e ofensiva encontram-se, pois, no puro conceito, numa espécie de "equilíbrio instável".

Para Clausewitz, a *defensiva estratégica* "é a forma mais forte da conduta da guerra, graças à qual nós procuramos atingir a vitória, para passar ao ataque (49), isto é, ao objetivo positivo da guerra, desde que tenhamos conquistado a superioridade" (50).

"Uma passagem rápida e vigorosa ao ataque — o golpe de espada fulgurante da vingança — é o momento mais brilhante da defensiva".

A noção, pois, que Clausewitz desenvolve com precisão, é a de uma *defensiva altamente móvel* e ousada, com os olhos sempre postos na ofensiva e na vitória. O chefe, nesta forma da guerra, tem de possuir qualidades excepcionais para não soçobrar, e não deve hesitar em ceder terreno para ganhar tempo até se colocar em condições de passar à ofensiva. Sobretudo, a idéia da batalha decisiva para inverter a situação, nunca o deve abandonar (51). Para o autor, a defesa das Linhas de Torres Vedras (52), em que Wellington nunca se deixou empenhar numa batalha decisiva, deve considerar-se excepcional; mas, de modo algum, ele deixa de prescrever os movimentos "de usura", de desgaste, como essenciais para o sucesso na defensiva.

---

(48) Tinham, do fim proposto, uma "idéia clara, simples e precisa", na terminologia cartesiana.

(49) O autor prefere o termo *ataque* a ofensiva, mesmo em estratégia.

(50) Op. cit., pág. 415.

(51) Para Mao-Tsé-Tung, o emprêgo da defensiva na estratégia exige o ataque na tática (op. cit., pág. 98 e segs). No entanto, em último caso, resta a retirada generalizada, em profundidade (Longa Marcha — 13.000 km).

(52) Referida com certa frequência por Clausewitz (op. cit.).

Apesar de tôdas as modificações modais do campo de batalha, êste princípio, desde que seja devidamente interpretado e aplicado, continua aceitável. Atentemos, de nôvo, para os ensinamentos da última guerra geral do nosso planêta: passada a época eufórica das vitórias alemãs na U.R.S.S., o Alto Comando soviético soube refazer-se dos erros cometidos e explorar tôdas as vantagens de uma defensiva conduzida segundo as idéias de Clausewitz (53), tendo sempre como objetivo destruir o ímpeto do adversário e retornar a ofensiva. O caso da queda vertiginosa da França, em 1940, ilustra também a teoria: os chefes franco-ingleses desprezaram êste princípio; a sua mentalidade era ofensiva, embora frouxa, e os seus exércitos, muito avançados e comprimidos sôbre o flanco esquerdo, haviam desguarnecido a frente das Ardenas, tornando-se fácil prêsã para as "Panzer" de Guderian e de Rundstedt. A defesa não estava escalonada em profundidade e, o que foi pior, nem o povo nem as fôrças armadas francesas estavam defendidos moralmente: a nação francesa não se encontrava "resistente".

O conceito com que encerramos êste breve estudo é, possivelmente, o mais original de Clausewitz, embora o autor raramente lhe dê o verdadeiro nome: *a guerra revolucionária*. Numa época em que os tratadistas militares só falavam em corpos de tropas e esquemas de pura geometria (linhas, ângulos e lados), é notável que nos surja alguêm que foi capaz de analisar êste fenômeno dos nossos dias com grande propriedade, antevendo-lhe alguns traços característicos e as possíveis conseqüências.

Clausewitz considera que o fenômeno da guerra revolucionária nasceu com a Revolução francesa e rapidamente se expandiu pela Europa (e pelo Nôvo Continente). Foram os exércitos franceses, com o seu dinamismo revolucionário, quem primeiro espalhou as idéias de liberdade, fomentando novas "nacionalidades" e criando agudos problemas aos Reis de direito absoluto; mais tarde, porém, com as guerras de Napoleão, o feitiço volta-se contra o feiticeiro e os exércitos do Imperador encontraram primeiro em Espanha e Portugal, e depois na Rússia, uma "resistência popular organizada e generalizada" que, segundo Clausewitz, foi a principal causa da derrota. É que a insurreição nacional de Espanha e de Portugal, as "guerrilhas" espalhadas por todo o território, obrigando à fixação

---

(53) Idéias que o general-filósofo deduzira depois de pertinaz estudo e meditação sôbre a Campanha de Napoleão na Rússia, a cujas operações assistira, do lado do "czar".

(54) No nosso caso, embora a literatura das invasões francesas seja extensa, não encontramos um único trabalho convincente sôbre a "resistência" portuguesa da época.

No que respeita à Espanha, existem já obras de investigação meritória. Na Revista Militar, Portugal, Janeiro de 1962, pág. 93 e segs. o leitor dispõe de uma excelente síntese do Ten-Cel espanhol Eduardo de Ory, "As guerrilhas na guerra da independência espanhola".

de efetivos desproporcionados, eram um elemento inédito na arte militar, *eram algo de revolucionário* (54). No capítulo consagrado ao assunto (55), Clausewitz antevê toda a potencialidade da guerra revolucionária; os seus ensinamentos serviram para estruturar as teorias dos futuros mestres deste gênero de guerra, cuja atualidade e valia só os mentecaptos podem obliterar.

São de Clausewitz as seguintes palavras, cujo significado nos abtemos de comentar:

"A guerra popular bem conduzida arruinará os fundamentos do exército inimigo como combustão lenta e gradual.

... É necessário imaginar este gênero de guerra combinado com a guerra conduzida por um exército permanente, as duas concebidas segundo um plano de conjunto único.

... Que os habitantes sejam ricos ou pobres, isso não interessa; mas pode-se admitir que uma população pobre, habituada a trabalhos penosos e a privações, se mostre em geral mais vigorosa e mais guerreira.

... Nenhum Estado deve admitir que o seu destino, isto é, a sua própria existência, dependa de uma só batalha, tão decisiva que ela possa ser. Se ele foi batido, o apêlo a forças frescas e o enfraquecimento natural de toda a ofensiva longa podem produzir uma viragem da sorte, ou ainda a ajuda do exterior.

É sempre tempo de morrer, e se é por um impulso natural que o homem que se afoga se agarra a um pedaço de palha, está na ordem natural do mundo moral que um povo utilize todos os meios de salvação quando o empurram para o abismo.

Embora um Estado seja pequeno e fraco comparado ao seu inimigo, só podemos afirmar que ele perdeu toda a sua alma se renunciar a um último e supremo esforço" (56).

(55) Op. cit., cap. XXVI, do livro VI da 2ª Parte.

(56) Op. cit., pág. 552-556.



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para **A DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.